



EXPANSÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO PONTAL DO PARANAPANEMA E IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE DOS ASSENTADOSⁱ

Angela dos Santos Machado
UNESP-Presidente Prudente/FCT

Ana Lúcia de Jesus Almeida
UNESP-Presidente Prudente/FCT

Marcelo Dornelis Carvalhal
UNESP-Ourinhos

Emília de Rodat Fernandes Moreira
Universidade Federal da Paraíba

Resumo

O Pontal do Paranapanema é um território composto por terras devolutas e griladas fonte de disputas entre latifundiários, grupos empresariais do agrohidronegócio canavieiro e movimentos de luta pela reforma agrária. O processo recente de expansão da atividade sucroalcooleira na região levou ao “cercamento”, pelos canaviais, dos assentamentos ali existentes. Como consequência desse processo os assentados denunciam a ocorrência de intoxicação da população e prejuízos na produção pela aplicação de agrotóxicos por via aérea. Quando a renda obtida no lote é insuficiente para a reprodução familiar e para o melhoramento da atividade agrícola desenvolvida, os assentados buscam emprego no setor canavieiro. Como atualmente o processo de colheita da cana encontra-se em fase avançada de mecanização, eles podem atuar nas mais variadas funções: como tratoristas, operadores de colhedoras, motoristas, dentre outros. Esse artigo visa compreender algumas repercussões da expansão do agrohidronegócio canavieiro na produção e na saúde das famílias assentadas que vivem praticamente “cercadas” pela monocultura na região do Pontal de Paranapanema e demonstrar como a forma de inserção dos trabalhadores em novas funções do processo produtivo canavieiro pode contribuir para seu adoecimento. Para tanto se utilizou a pesquisa bibliográfica, a análise do conteúdo de entrevistas realizadas pela equipe do Centro de Estudos sobre Trabalho Ambiente e Saúde (CETAS) e o exemplo de caso de um trabalhador assentado agregadoⁱⁱ, que já passou por inúmeras experiências de trabalho no setor canavieiro.

Palavras-chave: Agrohidronegócio canavieiro. processo saúde-doença. assentamentos rurais. Pontal do Paranapanema.

EXPANSION DE L'AGRO-HYDRO-INDUSTRIE DE LA CANNE A SUCRE DANS LE PONTAL DO PARANAPANEMA ET RISQUES POUR LA SANTE DES ASSENTADOS

Resumé

Le Pontal do Paranapanema est un territoire composé des terrains «devolutos» (sans destination par le pouvoir public) et aussi par des terres appropriées illégalement (griladas) source de litiges entre propriétaires fonciers, groupes d'entrepreneurs de l'agro-industrie de la canne à sucre et mouvements pour la réforme agraire. Le processus récent d'expansion de l'industrie du sucre et de l'alcool dans la région a conduit à la «clôture», par les plantations de cannes, des «Assentamentos» existantes. En conséquence de ce processus, les assentados dénoncent l'apparition d'intoxication de la population et des pertes de production par l'application de produits agrochimiques par voie aérienne. Lorsque le revenu obtenu dans le lot est insuffisant pour la reproduction familiale et pour l'amélioration de l'activité agricole développée, les assentados cherchent un emploi dans le secteur de la canne à sucre. Comme actuellement, le processus de récolte de canne est à un stade avancé de la mécanisation, ils peuvent agir dans les fonctions les plus variées: en tant que conducteurs de tracteurs, opérateurs de machine de récolte de canne, conducteurs, entre autres. Cet article vise à comprendre certaines répercussions de l'expansion de l'agro-hydro-industrie de la canne à sucre dans la production et la santé des familles "assentadas" qui vivent pratiquement «entourées» par la monoculture dans la région du Pontal de Paranapanema et démontrer comment la façon dont les travailleurs sont insérés dans de nouvelles fonctions du processus de production de la canne à sucre peut contribuer à leur maladie. Pour cela, nous avons utilisé la recherche bibliographique, l'analyse du contenu des entretiens menés par l'équipe du Centre d'Etudes sur le Travail, l'Environnement et la Santé (CETAS), et l'exemple de cas d'un travailleur "assentado agregado"ⁱⁱⁱ qui a traversé d'innombrables expériences de travail dans le secteur de la canne à sucre.

Mots clés: L'agro-hydro-industrie. processus de santé-maladie. assentamentos ruraux. Pontal do Paranapanema.

INTRODUÇÃO

O agrohidronegócio está relacionado a diferentes atividades em que a terra e a água são apropriadas em benefício do capital a exemplo das monoculturas (cana-de-açúcar, soja, milho, eucalipto), dos empreendimentos hidroelétricos, das mineradoras e das represas para irrigação (MENDONÇA, 2015).

De acordo com Thomaz Júnior (2010), o capital visa controlar as melhores terras (planas, férteis, com localização favorável e logística de transporte adequada) e o acesso à água (superficial e subterrânea) em localidades que apresentem índices pluviométricos satisfatórios e regulares.

Vale ressaltar que nesses mesmos territórios de expansão dos setores hegemônicos do capital existem trabalhadores, movimentos sociais que lutam pela retomada das terras por meio de ocupações e se reterritorializam em assentamentos da reforma agrária. O Pontal do Paranapanema, região situada na porção extremo oeste do estado de São Paulo, é um desses territórios marcados pela disputa territorial entre dois modelos divergentes de uso e ocupação da terra: o agrohidronegócio e a agricultura camponesa praticada em áreas de assentamento.

O objetivo central da reflexão aqui apresentada é compreender algumas repercussões do processo produtivo do agrohidronegócio canavieiro tanto na vida e saúde das famílias assentadas que vivem praticamente “cercadas” pela monocultura da cana na região do Pontal de Paranapanema como sobre os assentados que complementam sua renda como trabalhadores assalariados da cana.

Um dos problemas evidenciados é o fato das agricultoras e dos agricultores assentados pela reforma agrária não terem condições, muitas vezes, de tirar o sustento da família do trabalho na terra. Em razão disso, precisam encontrar outras formas de obtenção de renda e um dos empregos disponíveis na região é o trabalho no setor canavieiro.

Aparentemente esse fato é repleto de contradições, pois o que se espera dos assentamentos da reforma agrária é uma agricultura de resistência com produção diversificada e, preferencialmente, agroecológica. Quais então são as razões que levam os camponeses a trabalharem no agrohidronegócio canavieiro?

Outra questão que se coloca é que, atualmente, o trabalho no corte de cana está quase totalmente mecanizado no Pontal do Paranapanema. Desse modo, quais as funções que os assentados da reforma agrária estão realizando nas usinas canavieiras? Quais as implicações desse trabalho para a saúde-doença desses trabalhadores? Sabemos que o trabalho no corte manual é extremamente degradante para o trabalhador, mas também devemos nos perguntar se as novas funções engendradas no processo de reestruturação produtiva, tais como operadores de máquinas e tratoristas, prejudicam a saúde dos trabalhadores.

É um fator de interesse apreender a percepção desses sujeitos que são, ao mesmo tempo, assentados da reforma agrária e assalariados do agrohidronegócio quanto ao trabalho realizado no setor canavieiro e ao trabalho realizado no próprio lote. Quais as vantagens e desvantagens de cada tipo de trabalho? Qual trabalho é mais exaustivo, causa mais adoecimento, sofrimento? Qual trabalho traz satisfação para aquele ou aquela que realiza o trabalho?

Esse artigo não pretende responder a todos esses questionamentos, mas apenas trazer algumas pistas dadas pelos próprios trabalhadores em entrevistas realizadas pelo Centro de Estudos sobre Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS), no Pontal do Paranapanema.

Primeiramente, realizamos uma reflexão sobre o processo de expansão dos canaviais no Pontal do Paranapanema e o surgimento dos assentamentos da reforma agrária que tornaram a região um território em disputa. Em seguida discutimos as repercussões do agrohidronegócio canavieiro na vida das famílias assentadas da reforma agrária e finalmente buscamos entender de que forma a inserção dos assentados em novas funções do processo produtivo canavieiro pode contribuir para seu adoecimento.

DA GRILAGEM À EXPANSÃO DOS CANAVIAIS NO PONTAL DO PARANAPANEMA E O SURGIMENTO DOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA

O Pontal do Paranapanema é um território conflituoso marcado historicamente pela expropriação indígena, pelo desmatamento e pela grilagem de terras. Atualmente, é um território disputado por classes sociais distintas que produzem o espaço de forma contínua e contraditória numa relação de apropriação e expropriação de territórios e territorialidades (FELICIANO, 2013).

De acordo com Feliciano (2009), os principais grupos indígenas que haviam no oeste paulista, no período pré-colonial e colonial, foram os Oti ou Falso Xavante, os Caiuá-Guarani, os Kaiapó e os Kaingang (Coroados). Esses povos indígenas foram brutalmente aniquilados em nome do “progresso” de São Paulo. Atualmente, na região oeste do estado existe somente uma área de terra indígena, em Tupã, na Aldeia Vanuire, com 189 indígenas da etnia Kaingang.

Após a Lei de Terras de 1850, a concessão de sesmarias foi substituída pelo mecanismo de compra e venda de terras. Essa norma visou impedir que pobres e libertos da escravidão tivessem acesso à terra, transformando-a em uma mercadoria que essas pessoas não poderiam comprar. Por meio dessa medida instalou-se a propriedade privada da terra no Brasil sob o estigma do latifúndio e, ao mesmo tempo, iniciou-se o processo de grilagem de terras (FELICIANO, 2003).

Segundo Feliciano (2009), nessa época o Pontal do Paranapanema ainda era denominado Sertão, de terrenos desconhecidos, mas já passava por inúmeras tentativas de reconhecimento de registros de suas terras com base em falsificações de papéis e de assinaturas. Os principais grileiros foram os mineiros José Teodoro de Souza, João da Silveira e Francisco de Paula Marques.

Mesmo em desacordo com a Lei de Terras, os mineiros conseguiram declarar posses de uma extensa área que hoje corresponde ao Pontal do Paranapanema. De acordo com Feliciano (2009), as estratégias para conseguir o domínio de uma porção de terras eram as seguintes: a) declarações realizadas em paróquias; b) apresentação de testemunhas (outros posseiros que afirmassem serem vizinhos);

c) atração de pessoas interessadas em estabelecer povoamentos na região; d) parcelamento e venda dos lotes mesmo sem registro definitivo.

Somente após 30 anos da publicação da Lei de Terras, o governo enviou comissões para iniciar o processo de discriminação das áreas no Pontal do Paranapanema. Essa ação não conteve a grilagem, pois os grileiros utilizavam diversos artifícios para garantir o controle e a posse da terra tais como: a repartição das terras, a venda de diversos terrenos e as técnicas de falsificação de documentos (FELICIANO, 2013).

De acordo com Fernandes (2001), grande parte das terras do Pontal do Paranapanema foi grilada na segunda metade do século XIX, com a formação do grilo Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, uma área de 238 mil alqueires.

Segundo Feliciano (2009), acreditava-se que essa área teria sido declarada como posse por Antônio Gouveia, em 1856, por meio do Frei Pacífico de Monte Falco, na paróquia de São João Baptista do Rio Verde (hoje Itaporanga). Somente na década de 1930, o poder judiciário do estado de São Paulo constatou, por meio de laudos periciais, que a assinatura do Frei havia sido falsificada. Ou seja, o documento de posse havia sido objeto de um crime. Assim, ficou comprovado que a área que deu origem ao Pontal do Paranapanema era devoluta.

Mesmo assim as terras públicas continuaram sob o domínio dos grileiros e diversas leis foram criadas para facilitar a legalização das terras griladas, assim como foram criadas reservas florestais com o intuito de tentar conter o desmatamento e os conflitos entre os grileiros no Pontal do Paranapanema. No entanto, áreas reservadas também foram invadidas e negociadas. Os coronéis e latifundiários da região contavam com apoio de políticos como o governador Adhemar de Barros (FELICIANO, 2013).

Na década de 1970, as ações governamentais para o Pontal do Paranapanema passaram a visar o desenvolvimento econômico da região sem, no entanto, considerar a situação fundiária, os conflitos pela terra e a existência de grandes extensões de terras devolutas (FELICIANO, 2009). A região foi considerada de grande potencial para o plantio de cana-de-açúcar integrando-se assim entre os anos de 1974 a 1982, ao Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) (BARRETO, 2012).

Nesse mesmo período, além da expansão da cana promovida pelo PROALCOOL, também teve início a construção e a instalação de três Usinas Hidrelétricas na região (Porto Primavera, Rosana e Taquaruçu). O alagamento de grandes extensões de terras para dar lugar às hidrelétricas desabrigou muitas famílias que, juntamente com outros trabalhadores sem terra se articularam e deram origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da região. Atualmente, a disputa por terras no Pontal envolve fazendeiros, grileiros e camponeses sem terra. Essa disputa ocorre no enfrentamento diário dos movimentos de luta pela terra nas ocupações de áreas griladas, mas também no âmbito judicial (FELICIANO, 2009).

O Pontal do Paranapanema está dividido em 34 perímetros (divisão jurídico-administrativa) e cada um deles tem uma situação jurídica própria:

Muitos foram julgados devolutos, outros particulares, assim como parte foi legitimada, enquanto outros transformados em assentamentos. A situação jurídica de um perímetro depende essencialmente da conjuntura e das relações de forças das classes sociais distintas, perante o Estado (FELICIANO, 2009, p.321).

As terras julgadas como devolutas receberam destinações diferenciadas de acordo com o contexto econômico, político e social. Desse modo, a discriminação de uma terra como pública não significa que de fato receberá uma destinação social (FELICIANO, 2009).

Até o ano de 2009, apenas 50,4% das terras no Pontal do Paranapanema possuíam certeza jurídica e, destas, 85% dos títulos de origem possuíam algum tipo de vício que anulava as transações sucessórias. No total, 507.831 hectares de terras foram considerados devolutos. Por sua vez, grande parte das terras griladas foram legalizadas, isto é, transformadas em propriedade privada de forma integral ou parcial e outra parte foi destinada à implantação de assentamentos rurais (FELICIANO, 2009).

Feliciano (2009) ressalta que a criação de assentamentos da reforma agrária é uma conquista dos movimentos de luta pela terra que se organizaram para disputar o território do Pontal do Paranapanema. Antes da formação de movimentos camponeses existiam apenas duas possibilidades de destino para as terras devolutas: legalização das posses ou implantação de área de preservação ambiental. A reforma agrária como possibilidade só surgiu após as ações camponesas.

De acordo com Fernandes (2001), a primeira ocupação do MST no Pontal do Paranapanema ocorreu no município de Teodoro Sampaio, em julho de 1990, iniciando o processo de espacialização da luta pela terra na região. Na década de 90 quase dezoito mil famílias participaram de mais de trezentas ocupações no Pontal e essa região foi a que mais teve conflitos por terra no Brasil.

Entre 1995 a 1998, houve um crescimento das ocupações de terra no Pontal que levou a uma expansão na espacialização da luta pela terra. Por outro lado, houve a intensificação da repressão pelos latifundiários e pelo poder judiciário resultando em diversas pessoas feridas em confrontos com jagunços, e lideranças do MST foram presas acusadas de formação de bando e quadrilha (FERNANDES, 2001).

É importante ressaltar que a atuação dos movimentos de luta pela terra, durante a década de 1990, no Pontal do Paranapanema, tornou possível a conquista de territórios pelo campesinato materializada em assentamentos da reforma agrária. No entanto, após a década de 2000 o número de famílias em ocupações de terra e

a criação de novos assentamentos diminuíram expressivamente. Isso ocorreu em razão do aumento da produção de cana-de-açúcar na região. As terras devolutas que deveriam ser destinadas à reforma agrária passaram a ser ocupadas pela monocultura visando legitimar a transformação dessas terras em propriedades particulares (ORIGUÉLA, 2012).

De acordo com Barreto (2012), a expansão do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema ocorreu em dois momentos distintos. O primeiro em meados da década de 1970, quando houve a formação dos primeiros canaviais com o incentivo do Programa Nacional do Álcool (PRÓALCOOL). E o segundo a partir de 2005, também por meio de incentivos estatais, dessa vez, a favor da produção de automóveis *flex fuel* visando subsidiar o setor canavieiro que se encontrava em crise.

Vale frisar uma diferença marcante entre o primeiro e o segundo momento de expansão canavieira no Pontal do Paranapanema. Os primeiros canaviais e unidades agroindustriais foram gerenciados por latifundiários da região que se inseriram no setor atraídos pelos incentivos fiscais e financeiros oferecidos pelo Estado via Proalcool. Enquanto a nova fase de expansão canavieira é composta por grandes grupos empresariais de capital nacional e internacional como o grupo norueguês “BioEnergy” e a “Odebrecht” (BARRETO, 2012).

Essa nova característica da produção canavieira não é exclusiva do Pontal do Paranapanema, mas é um direcionamento do capital na agricultura mundial. A hegemonia do capital financeiro levou à atuação de empresas transnacionais na agricultura que passaram a “[...] controlar, concentrar e centralizar, em nível internacional, diversos setores da agricultura, como produção, comercialização, insumos, máquinas etc.” (STEDILE; STEVAM, 2013, p.14). Esse processo levou a uma reorganização da produção agrícola brasileira para atender o mercado mundial concentrando a produção em monoculturas como soja, cana-de-açúcar, milho, além da pecuária extensiva. De maneira geral o modelo de produção do agrohidronegócio tem as seguintes características:

Organização da produção agrícola na forma de monocultivo (um só produto) em escalas de áreas cada vez maiores; uso intensivo de máquinas agrícolas, também em escala cada vez mais ampla, expulsando a mão de obra no campo; a prática de uma agricultura sem agricultores; uso intensivo de venenos agrícolas, os agrotóxicos, que destroem a fertilidade natural dos solos e seus micro-organismos, contaminam as águas dos lençóis freáticos e inclusive a atmosfera, ao adotarem desfolhantes e secantes que evaporam e regressam com as chuvas e, sobretudo, contaminam os alimentos produzidos, trazendo consequências gravíssimas para a saúde da população; uso cada vez maior de sementes transgênicas, padronizadas, e agressão ao meio

ambiente com técnicas de produção que buscam apenas a maior taxa de lucro em menor tempo. Esse modelo, que busca a produção de commodities e dólares, e não a de alimentos passa a dominar e utilizar cada vez mais terras férteis para a produção de agrocombustíveis, para ‘alimentar’ os tanques de automóveis de transporte individual, a plantação industrial de árvores homogêneas para celulose, destinadas às embalagens da indústria, e a energia na forma de carvão vegetal (STEDILE, 2013, p.33).

Portanto, o modelo hegemônico do agrohidronegócio causa grande impacto socioambiental uma vez que altera profundamente o espaço geográfico com a produção de monoculturas que demandam a retirada da vegetação, o uso de máquinas agrícolas que levam a produção de uma agricultura sem agricultores, a utilização excessiva de agrotóxicos que geram a poluição do ar, das águas subterrâneas, dos rios, dos animais, da vegetação, dos solos, dos alimentos, dos trabalhadores do setor agrícola e da sociedade como um todo.

No próximo item discutimos as repercussões da expansão do agrohidronegócio canavieiro sobre as famílias assentadas do Pontal do Paranapanema e destacamos o trabalho mecanizado nas usinas de cana-de-açúcar como fator de adoecimento dos(as) trabalhadores(a)

O PROCESSO PRODUTIVO DO AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO E A SAÚDE DOS ASSENTADOS DO PONTAL DE PARANAPANEMA

De acordo com o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA, 2014), existem cento e quatorze (114) assentamentos da reforma agrária no Pontal do Paranapanema que abrigam mais de seis mil (6.282) famílias ocupando 142.427 hectares de terra (Tabela 01).

Tabela 1 – Pontal do Paranapanema – Assentamentos rurais, famílias assentadas e área dos assentamentos por município – 1985-2015

Município	Número de Assentamentos Rurais	Número de Famílias	Área em Hectares
Caiuá	8	446	10.736
Euclides da Cunha Paulista	9	519	10.935
Iepê	1	37	68
João Ramalho	1	29	55
Marabá Paulista	6	261	6.481
Martinópolis	2	124	2.745
Mirante do Paranapanema	35	1.698	35.470

Piquerobi	3	84	2.595
Presidente Bernardes	8	266	7.193
Presidente Epitácio	4	342	6.088
Presidente Venceslau	8	448	10.101
Rancharia	2	178	4.265
Rosana	4	768	18.307
Sandovalina	2	198	4.017
Teodoro Sampaio	21	884	23.371
Total	114	6.282	142.427

Fonte: DATALUTA, 2014.

Em razão da expansão do agrohidronegócio na região esses assentamentos encontram-se praticamente “cercados” pelos canaviais e, como consequência, sofrem, dentre outros fatores, com a pulverização aérea de agrotóxicos. Barreto (2012), ao investigar as estratégias do capital canavieiro, nacional e internacional, para se territorializar no Pontal do Paranapanema destacou problemas relacionados ao uso de agrotóxicos. Ela chamou a atenção em 2011, para o prejuízo sofrido pela produção da sericicultura (criação de bicho-da-seda) dos assentados, pois as amoreiras (planta cujas folhas servem de alimento para o bicho-da-seda) foram inutilizadas pela pulverização aérea de agrotóxicos em canaviais vizinhos aos assentamentos (BARRETO, 2012).

Esse exemplo é revelador do impacto dos agrotóxicos na vida das famílias assentadas no Pontal do Paranapanema. Em entrevistas realizadas pelo coletivo CETAS de pesquisadores, grande parte dos assentados na região entrevistados relatou a contaminação por agrotóxicos como um problema decorrente da expansão canavieira. Eles relatam que sofrem constantes prejuízos na produção de frutas, legumes e verduras que são produzidos de forma orgânica, mas que acabam sendo atingidos pela pulverização aérea. Diversos entrevistados afirmaram que após a passagem do avião as plantas amarelam e começam a morrer, animais ficam adoecidos, pessoas adquirem alergias e apresentam sintomas de intoxicação.

Esses problemas vivenciados pelos camponeses e pelas camponesas agravam ainda mais a situação dessas famílias que já vivem em uma situação de vulnerabilidade em razão da falta de assistência técnica, da insuficiência das políticas públicas para promover o desenvolvimento dos assentamentos, do alto custo dos insumos utilizados na produção e do baixo preço dos produtos agrícolas.

Esses fatores levam muitos assentados a optar por uma segunda ocupação através do emprego assalariado nas usinas canavieiras para garantir o sustento da família e até mesmo para obter recursos para a melhoria do próprio lote. Como o processo de colheita da cana-de-açúcar encontra-se em fase avançada de mecanização, esses trabalhadores podem atuar nas mais variadas funções como tratoristas, operadores de colhedoras, motoristas, dentre outros.

Apresentamos a seguir uma reflexão inicial de uma pesquisa cujo objetivo é entender as implicações do trabalho no agrohidronegócio canavieiro para o processo de adoecimento dos assentados e das assentadas, na atual fase de reestruturação do processo produtivo, levando em consideração a intensificação e as formas precárias de trabalho no setor. Além disso, nos esforçamos para compreender os limites impostos aos assentados que os fazem buscar trabalho fora do lote. Ressaltamos a importância de entender as relações que permeiam a realidade desse sujeito que é, ao mesmo tempo, assalariado do agrohidronegócio canavieiro e assentado da reforma agrária.

O TRABALHO NA ATIVIDADE CANAVIEIRA COMO FATOR DE ADOECIMENTO DOS(AS) ASSENTADOS(AS) DO PONTAL DE PARANAPANEMA

Para entender a relação entre trabalho-saúde-doença na atividade canavieira no Pontal de Paranapanema no século XXI partimos da análise do conteúdo de entrevistas realizadas pela equipe do Centro de Estudos sobre Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS). Dentre as várias entrevistas disponíveis no Banco de Dados do CETAS, em um primeiro momento, selecionamos as realizadas com famílias assentadas em que algum membro da família é trabalhador (a) assalariado (a) no setor canavieiro. No total identificamos 32 entrevistas com essas características cujos relatos envolvem acidentes de trabalho, adoecimentos, desemprego, mecanismos de controle dos trabalhadores (metas, hierarquia, prêmios), intensificação do trabalho e impactos dos agrotóxicos na saúde e na produção das famílias assentadas.

Entretanto, para esse artigo apresentaremos uma reflexão com as generalizações possíveis a partir da análise do depoimento de um assentado “agregado” que passou por diversas experiências no setor canavieiro desde o corte de cana manual, ao trabalho como tratorista, até a prestação de serviços para uma empresa que terceiriza trabalhadores para a usina^{IV}.

O entrevistado é do sexo masculino, casado e tem três filhos. Utilizaremos o nome fictício “Carlos” para denominá-lo. No início da entrevista Carlos ressaltou que no momento está desempregado e mora no lote com o pai onde trabalham com leite e possuem uma roça pequena. No entanto, não é possível obter renda suficiente para a família com o trabalho no lote, por isso precisou empregar-se no setor canavieiro. Seu primeiro trabalho foi no corte de cana em que presenciou muitos amigos sofrendo com câibras em razão da perda de sais minerais devido à transpiração excessiva. Apesar de ser relatada como algo comum nesse tipo de trabalho, se o trabalhador já estiver com a saúde debilitada ou for portador de doenças, a câibra pode levar a morte (VERÇOSA, 2016). Quando questionado em qual parte do corpo ocorriam câibras com maior frequência o entrevistado respondeu:

[...] nos dedos que começam a travar, os dedos endurecem. Inclusive ali em baixo, nessa usina ali eu fui

carregado por colegas [...] eu endoidei [...] eu não consegui nem sair do eito. Assim, travaram as pernas, os dedos dando câibra. Os colegas me levaram para dentro do ônibus [...] eu fiquei no ônibus até passar, de vez em quando dava uma risadinha se não travava tudo. Eles têm um negócio de um soro para dar para as pessoas, mas aquilo lá você pode tomar uns duzentos litros que não resolve nada (CARLOS, 2015).

Desse modo, podemos perceber a gravidade das câibras que estão relacionadas ao trabalho extremamente intenso e extenuante do corte manual de cana. Uma situação grave como essa, infelizmente, é frequente nos canaviais onde predomina o corte manual (VERÇOSA, 2016). Percebemos a banalização da situação uma vez que o trabalhador apenas é levado ao ônibus para aguardar a câibra passar e para tomar um soro que repõe os sais minerais perdidos.

Além das câibras, é comum ocorrer casos de mutilações com o facão, outros acidentes ou mesmo adoecimentos por esforços excessivos. Carlos adquiriu uma Lesão por Esforços Repetitivos (LER) nos braços em razão dos inúmeros movimentos rápidos e repetitivos necessários ao trabalho. Ele relata a questão da seguinte maneira: “[...] acabei com os braços fazendo muito movimento rápido” (CARLOS, 2015).

Quando questionado sobre as mudanças ocorridas em sua vida no momento em que passou para a função de tratorista respondeu de forma animada:

[...] mudou até o jeito da pessoa [ele fala de si mesmo], engordou, melhorou a situação, o salário é mais, não é? [...] o salário [...] vai passando o tempo eles vão aumentando, não é? [...] tinha ticket, tinha convênio com farmácia, médico, essas coisas, já mudou tudo isso, não é? (CARLOS, 2015).

Podemos perceber que para o entrevistado as condições de trabalho e de vida melhoraram com a mudança do corte manual para a função de tratorista. No entanto, no decorrer da entrevista ele passou a ressaltar aspectos negativos relacionados com o trabalho de tratorista como, por exemplo, a dor na coluna: “[...] é a coluna ainda dói, ruim que o cara trabalha muito sentado e o trator pula bastante também e prejudica a coluna”. E ainda quando questionado sobre acidentes de trabalho:

[...] eu já vi colega trombar com o trator, o trator sem freio e o cara descendo [...] transbordou e ele capotou e quase matou ele. Porque na colheita é uma correria brava, não é? É que quanto mais mandar cana para a usina, para ela é bom (CARLOS, 2015).

Os relatos reforçam que o trabalho mecanizado também traz riscos para o trabalhador, principalmente, em razão da alta produtividade exigida desses trabalhadores. O entrevistado ressalta a pressão exercida pelo encarregado para que o trabalho seja realizado de forma cada vez mais acelerada:

[...] tem os rádios amadores no trator, não é? O encarregado está direto cobrando onde você está, em qual máquina você está...aí você vai falando onde você está, que vai descarregar... aí tem caminhão adoidado lá na fila para descarregar e eles ficam apressando, perguntando onde você está. Aí você sai como um doido com o trator carregado, descarrega lá e já tem que virar de novo e entrar dentro da máquina de novo [...] é uma correria brava (CARLOS, 2015).

O trabalho é intensificado ao máximo, não podendo pausar nem mesmo para realizar necessidades fisiológicas, pois quando questionado se podia parar o trabalho para beber água ou ir ao banheiro, Carlos respondeu:

[...] não pode... quando as máquinas estão lá carregando tudo [...] quando as máquinas já estão terminando o que está carregando lá, tinha vezes, que acabávamos almoçando dentro do trator, tomando um café...aí acabou de carregar aquele lá você já tem que correr e entrar de baixo de novo⁴. Agora, uma vez que eu trabalhei aqui eram doze horas e não tinha horário nem tirador de horas, aí é direto...você tem que almoçar com o trator andando devagarzinho...tem vezes que até para descarregar é com o trator ligado, o da frente descarregou você já tem que fechar a marmitta e sair doido, é mais dinheiro e mais correria, não é? (CARLOS, 2015).

Compreendemos que uma das estratégias do capital para aumentar seus lucros é a ampliação do trabalho morto (maquinário técnico científico) no processo produtivo e também a intensificação da exploração do trabalho vivo (humano). Desse modo, mesmo com a reestruturação produtiva, o trabalho manual continua necessário para o capital que se beneficia tanto da mais-valia relativa quanto da mais-valia absoluta. De acordo com Antunes (2005),

Como o capital pode reduzir muito, mas não pode eliminar completamente o trabalho vivo no processo de criação de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, ele deve, além de incrementar sem limites o trabalho morto corporificado no maquinário técnico-científico, aumentar a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do

sobretalho (da mais-valia) em tempo cada vez mais reduzido (p.27).

No último trecho do relato acima, Carlos afirma que “[...] é mais dinheiro e mais correria”; quando questionado sobre esse dinheiro a mais, ele afirmou que era pago “por fora”. Os trabalhadores não tinham o controle sobre as horas-extras porque assinavam um cartão de ponto falso como se parassem o trabalho quatro vezes ao dia, ou seja, como se eles tivessem horário para almoço, café, tempo para as necessidades fisiológicas. A seguir destacamos o trecho da entrevista em que Carlos relata essa questão.

Carlos: [...] esse eles pagavam por fora, inclusive nós assinávamos um cartãozinho como se parássemos quatro vezes ao dia, mas não tinha parada. É um cartãozinho falso, não é? Teve gente que já até colocou no “pau” [entrou com ação na justiça], tem denúncia no ministério do trabalho. [...] E pagavam as oito horas [...] [e mais] duas horas eram em dinheiro e o resto era no mercado que a gente pegava em mercadorias só.

Entrevistador 1: Como você sabia “ah eu tenho tanto para pegar no mercado?”.

C: Então...depois que saía o pagamento passavam uns dias e eles davam um papelzinho com o valor que você pegou em dinheiro sendo trezentos e quarenta o limite lá.

E 2: E era no mesmo mercado sempre?

C: Sim, e o mercado mais “careiro” de Teodoro, a farmácia mais “careira”, o posto de gasolina também.

E 1: Quando você recebia isso você ficava contente ou triste?

C: Ficava contente, não é? Porque eles davam uma cesta e nós pegávamos no mercado também, não é? Uma cestinha...fora isso aí e as horas a gente inteirava e acabava fazendo as compra, não é? E o dinheiro vinha (CARLOS, 2015).

No final desse relato quando Carlos diz que “o dinheiro vinha” ele se refere ao passado porque no momento da entrevista estava desempregado. Ele contou que pediu para ser mandado embora porque não aguentava mais trabalhar no turno da noite: “[...] falei para eles se não me passasse para o dia que podia mandar eu embora, eles mandaram eu embora e não me passaram para o dia”. Depois disso,

relatou que não conseguiu mais trabalho em usinas, pois elas não gostam de contratar ex-funcionários e ele já trabalhou em diversas usinas na região.

Desse modo, na frase “o dinheiro vinha” percebemos certo saudosismo do tempo em que podia contar com um salário. Esta é uma das razões que levam os trabalhadores a suportarem todos os tipos de mazelas em seu ambiente de trabalho: o medo de perder o emprego, a fonte de renda que sustenta a família.

Grande parte do emprego fornecido pelo setor canavieiro é temporário, o medo de perder o emprego ou de não ser contratado na próxima safra faz com que o próprio trabalhador intensifique ao máximo seu trabalho. “O trabalhador é induzido a se autoexplorar, para conservar-se no emprego e conseqüentemente ativo no mercado de trabalho” (BARRETO, 2013, p.127).

Outro exemplo da superexploração suportada pelos trabalhadores para se manterem no emprego foi apontado por Carlos: quando uma máquina quebrava, o operador era obrigado a pagar uma peça nova, se não pagasse era demitido. Quando a máquina quebrava, o segurança do trabalho tirava uma foto e mandava para uma comissão julgadora que determinava se o operador tinha culpa ou não pela quebra da máquina.

Além do medo de perder o emprego, outra forma de “capturar” a subjetividade do trabalhador era por meio do sorteio de prêmios, como televisão e bicicletas, para quem atingisse a meta. A “captura” da subjetividade dos trabalhadores é um dos eixos centrais do toyotismo que tenta criar um ambiente desafiante e competitivo “de mobilização da mente e corpo do operário e/ empregado” (ALVES, 2007, p.186).

Alves (2007) ressalta que esse processo não ocorre sem resistência, portanto, utiliza o termo “captura” entre aspas porque ela não ocorre de fato. Na verdade, esse processo é caracterizado como “um jogo de simulações, articulando mecanismos de coerção e de consentimento, que se interage com uma teia de manipulação que perpassa não apenas o local de trabalho, mas as instâncias da reprodução social” (ALVES, 2007, p. 188).

Vale ressaltar, ainda, que o processo de “captura” da subjetividade tende a ocasionar o adoecimento psíquico e espiritual do trabalhador manifestando-se por meio de doenças psicossomáticas (ALVES, 2007).

No que se refere ao trabalho nas usinas canavieiras, Scopinho et al (1999) ressaltam que o processo mecanizado do corte de cana pode proporcionar melhorias nas condições de trabalho quando comparados ao corte manual em razão da diminuição de cargas físicas, químicas e mecânicas. No entanto, pode ocorrer o agravamento das cargas do tipo psíquicas em razão da organização do trabalho em turnos e da intensificação do ritmo do trabalho. Tais fatores podem gerar distúrbios no sono, no funcionamento temporal do próprio organismo do indivíduo e na vida social. Podem levar ao estresse, ao sofrimento psíquico, ao

envelhecimento precoce e alterações nos sistemas cardiovascular e gastrointestinal (SCOPINHO et al, 1999).

Uma questão que se coloca é se as unidades de saúde têm conseguido fazer a leitura do adoecimento relacionado ao trabalho, ou seja, será que esse trabalhador ou trabalhadora, se afastado(a) por adoecimento, conseguirá provar onexo causal de sua doença mostrando que ela está relacionada com a organização do trabalho e que, portanto, sofre de uma doença do trabalho?

De acordo com Thomaz Júnior (2011), existe uma invisibilidade social das doenças relacionadas ao trabalho, ou seja, o adoecimento do trabalhador não é relacionado às condições de trabalho. Tal invisibilidade afeta a reconfiguração das relações de produção e se reflete nas formas de superexploração e condições degradantes de labor.

A forma contemporânea de trabalho é complexa, heterogênea e tem ritmo intensificado. Cada vez menos se necessita de trabalho estável que é substituído pelas formas mais precarizadas de trabalho como o terceirizado e o temporário (ANTUNES, 2005).

Ao mesmo tempo em que o trabalho é intensificado e o risco de adoecer aumenta, direitos básicos como a previdência social e o plano de saúde são transformados em mercadoria que a classe trabalhadora não pode comprar. A única opção é recorrer às filas do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) e do SUS (Sistema Único de Saúde) na esperança de comprovação do nexo causal e a obtenção do benefício ou aposentadoria, que, muitas vezes, são negados (VERÇOZA, 2016).

Concordamos com Laurell (1982) que a saúde e a doença devem ser vistas como um processo social, ou seja, determinado pelo modo como os homens e as mulheres se apropriam da natureza em um certo momento, processo este que ocorre por meio do trabalho e depende do nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção.

Concordamos também com o GESTAR/UFPB quando afirma que:

a questão da saúde dos trabalhadores rurais envolve um conjunto complexo de fatores socialmente determinados. Por isso, o processo saúde-doença no campo exige uma reflexão da parte dos profissionais de saúde e do governo, que contemple os aspectos sociais que venham determinar os agravos à saúde dos trabalhadores rurais e de suas famílias. Isto é relevante, sobretudo, porque envelhecer, adoecer e morrer possuem uma historicidade, e, ao fim e ao cabo, esta historicidade corresponde ao modo como os trabalhadores se relacionam com a terra, os

instrumentos de trabalho e o próprio trabalho, enquanto sujeitos sociais" (GESTAR,1986: p.26).

Portanto, para que se possa combater a invisibilidade social das doenças relacionadas ao trabalho é imprescindível que os profissionais de saúde estejam atentos para detectar o nexos causal entre adoecimento e trabalho de modo a tornar visível o trabalho degradante, intenso e precário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo trás uma reflexão sobre a coexistência do capital sucroalcooleiro e a agricultura camponesa no território do Pontal do Paranapanema-SP buscando estabelecer um nexos causal entre o processo produtivo canavieiro moderno e suas implicações sobre a vida e a saúde dos trabalhadores assentados.

A convivência entre as diferentes lógicas em um mesmo território é marcada por disputas, conflitos, mas também pela submissão dos camponeses à lógica dominante do agrohidronegócio.

Um dos conflitos tem como causa principal a pulverização aérea de agroquímicos realizada no processo produtivo canavieiro que compromete tanto a saúde ambiental, como a produção orgânica e a saúde dos assentados.

Num segundo momento constata-se uma dialética entre a afirmação e a negação do trabalho abstrato nas usinas de cana-de-açúcar por parte dos assentados, ou seja, ao mesmo tempo em que o trabalho no lote se apresenta como uma possibilidade de trabalho concreto portador de vida e de saúde, é necessário buscar fontes de renda alternativas e uma das saídas encontradas é o trabalho nas usinas canavieiras.

Uma das razões para isso está no fato dos assentados não poderem contar com políticas públicas emancipatórias que fomentem o desenvolvimento dos assentamentos. Desse modo, o trabalho nas usinas canavieiras torna-se um caminho para obtenção de uma renda suplementar para garantir a sobrevivência e a melhoria do próprio lote.

Atualmente, o corte da cana encontra-se em fase avançada de mecanização, por isso os trabalhadores efetuam funções ligadas à máquinas, tratores e caminhões. Apesar de a mecanização ter proporcionado algumas melhorias nas condições de trabalho quando comparada ao corte manual da cana-de-açúcar, ela manteve a superexploração do trabalho na forma de cobrança por alta produtividade, ritmos intensos de trabalho, pressão para o alcance de metas, "captura" da subjetividade do trabalhador que tudo suporta em razão do medo de perder o emprego.

Assim, o processo produtivo moderno na atividade canavieira pode levar ao adoecimento dos trabalhadores, seja em decorrência das pulverizações aéreas

com agrotóxicos seja pela forma de inserção na atividade mecanizada, submetida a um ritmo de trabalho intenso e controlado e sem cumprimento do tempo de repouso. A pressão para alcançar as metas estabelecidas pelo processo de trabalho, o medo de ser responsabilizado por algum problema na máquina para não ter descontos no já minguado salário, a atenção permanente para evitar acidentes, entre outros leva ao estresse e a doenças psíquicas além de problemas lombares e a extenuação do trabalhador.

Infelizmente o adoecimento do (a) trabalhador (a), via de regra não é relacionado ao trabalho e menos ainda a processos de trabalho alheios ao que desenvolve no seu lote, mas que afetam diretamente sua produção e sua saúde como os que utilizam as pulverizações aéreas com agrotóxicos. Esta falta de preocupação por parte dos serviços de saúde em estabelecer relações entre o adoecimento e o trabalho resulta na subnotificação das doenças e na consequente “invisibilidade social das doenças relacionadas ao trabalho” (THOMAZ JÚNIOR, 2011).

Acreditamos ser imprescindível o reconhecimento do nexos causal das doenças relacionadas aos processos de trabalho e ao trabalho em si, particularmente, ao trabalho mecanizado, pois existe a ideia de que a mecanização do corte de cana trouxe apenas benefícios para a pessoa que trabalha. No entanto, como podemos perceber nesse artigo o trabalho no corte mecanizado também é gerador de adoecimento do trabalhador.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

BARRETO, M.J. Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho. 245 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2012.

CARLOS. Entrevista concedida ao Centro de Estudos sobre trabalho, ambiente e saúde (CETAS). Teodoro Sampaio, 2015.

DATALUTA. Banco de dados da luta pela terra: **Relatório** Pontal do Paranapanema 2013. NERA. Presidente Prudente, 2014.

FELICIANO, C.A. **O movimento camponês rebelde e a Geografia da reforma agrária**. 246 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. Território em disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema. 575 f. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. O conflito como elemento chave na construção da região do Pontal do Paranapanema. 20 f. **ACTA** Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p.167-186, 2013.

GESTAR. Saúde e trabalho na zona rural da Paraíba: o caso de Sapé. João Pessoa, **Relatório** de Pesquisa, NESC/UEPB/FINEP, 1988.

LAURELL, A.C. **La Salud-Enfermedad como processo social**. Cuadernos Médico Sociales. Nº 19, p.01-11, jan., 1982.

MENDONÇA, M.R. As transformações espaciais no campo e os conflitos pelo acesso a terra e a água: as novas territorialidades do *agrohidronegócio* em Goiás. **Pegada**, Presidente Prudente, v.16, n. especial, p. 03-15, mai. 2015.

ORIGUÉLA, C.F. A atualidade da luta pela terra no Pontal do Paranapanema-SP. In: Jornada do Trabalho, 13., 2012, Presidente Prudente. **Anais...**Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2012. p. 01-15.

SCOPINHO, R.A. et al. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 15 (1): 147-161, jan-mar, 1999.

STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STEDILE, J. P.; ESTEVAM, D. **A natureza do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira. A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

THOMAZ JÚNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v.5, n.10, p.92-122, ago. 2010.

_____. Sinal dos tempos do capital: irreformabilidade e emancipação! In: THOMAZ JÚNIOR, A; PONTE, K.F. da; ALVES, J. (orgs.) **Geografia e trabalho no século XXI**. Vol. 6. Presidente Prudente: Centelha, 2011, p. 11-35.

VERÇOZA, L.V. de. Os saltos do “canguru” nos canais alagoanos. Um estudo sobre trabalho e saúde. 209 f. **Tese** (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, 2016.

Contato com o autor: Emilia de Rodat Fernandes Moreira <erodat@hotmail.com>

Recebido em: 11/10/2017

Aprovado em: 14/11/2017

ⁱ Agradecemos à FAPESP pelo apoio à pesquisa.

ⁱⁱ Um assentado agregado é aquele que não possui um lote próprio e vive em uma parcela do lote de seus pais.

ⁱⁱⁱ Un “assentado” agrégé est celui qui ne possède pas de parcelle de terre et vit sur une partie du lot de ses parents.

^{iv} O processo de trabalho descrito por Carlos funciona da seguinte maneira: a máquina colhe a cana e a deposita nos tratores. Este, por sua vez, quando estiver com a carga completa leva o carregamento para o caminhão. Outro trator entra no lugar do anterior e, assim, sucessivamente. Portanto, existe uma fila de tratores que acompanham a máquina colhedeira e, muitas vezes, o tempo de espera torna-se tempo de almoço.